



6449830



08004.000568/2018-30

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**

Memorando nº 131/2018/DICAP/CDHO/CGGP/SAA/SE

À Secretaria Executiva

À Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares

À Secretaria Nacional de Segurança Pública

Assunto: Capacitação de servidores

1. Considerando o Levantamento das Necessidades de Capacitação para o exercício de 2018, a Secretaria Executiva, a Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares, e a Secretaria Nacional de Segurança Pública, solicitaram curso, cada uma, com a temática **EMENDAS PARLAMENTARES**.

2. Em atendimento as solicitações das unidades, a Coordenação de Desenvolvimento Humano-Organizacional procederá a contratação do curso abaixo, oferecidos pelo Grupo Orzil:

DESCRIÇÃO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	DATA PREVISTA	HORÁRIO DE REALIZAÇÃO	LOCAL DE REALIZAÇÃO
EMENDAS PARLAMENTARES	4	8h	27/06/2018	8h às 12h / 13h às 18h	Brasília-DF

3. Será disponibilizada uma vaga para cada área referida neste Memorando, e ainda uma vaga para a Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças.

4. Ante o exposto, solicitamos a indicação dos servidores, com a conseqüente inclusão no presente processo dos formulários individuais de SOLICITAÇÃO DE CAPACITAÇÃO DE CURTA E MÉDIA DURAÇÃO e TERMO DE COMPROMISSO, disponíveis no SEI, contendo os dados de cada servidor indicado, além da justificativa para participação, assinados pelo servidor e sua chefia imediata e encaminhados à Divisão de Capacitação (DICAP).

5. Assim, encaminhamos o presente processo à área para as mencionadas providências.

Atenciosamente,

LUCAS CHAVES FERNANDES

Chefe da Divisão de Capacitação, Desenvolvimento e Educação



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS CHAVES FERNANDES, Chefe da Divisão de Capacitação, Desenvolvimento e Educação**, em 24/05/2018, às 14:15, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **6449830** e o código CRC **8450D986**



O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Processo nº 08004.000568/2018-30

SEI nº 6449830